



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Ata de Registro de Preços para a aquisição de **materiais permanentes** de forma a suprir as demandas da Sede da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN. Os itens objeto deste Termo deverão ser fornecidos conforme as seguintes condições, quantidades, exigências e estimativas.

MATERIAIS PERMANENTES									
Nr	Material/Descrição	Quantidade	Referência	CATMAT	Órgão	Requisição		Valor Estimado	Valor Total Estimado
						Mínima	Máxima		
1	KIT MULTIFUNCIONAL: TESTADOR E LOCALIZADOR DE CABOS DE REDE (RJ45), TELEFONE (RJ11) E BNC - Teste de cabo de rede RJ-45, padrões 568A, 568B, 10 base-T. - Teste de cabo de telefone RJ-11 e cabo BNC. - Localizador de cabos - Teste de continuidade. - Teste de cabos Token Ring e cabos coaxiais UTP e STP. - Examina a integridade da rede e exame de configuração. - Teste de circuitos aberto e curto-circuitados, ligações elétricas defeituosas, reversões e pares divididos. - Rastreamento de pontos de curto e abertura do cabo. - Recebimento de sinais de rede ou de telefonia. - Transmissão de sinal para a rede e rastreamento de sentido do cabo. - Detecção de modos de linha de telefone: Ideal, vibração ou em uso (fora do gancho). - Garras identificadas; - Cabos com conector RJ-45, RJ-11 e BNC no gerador - Luzes indicadoras no transmissor. - Alimentação: bateria 9V incluída; - Manual de Instruções em português. - Similar ou Superior ao Multitoc Multifuncional – TX1500	4	Und.	394753	ABIN	2	4	397,46	1.589,85
2	FILMADORA DE VÍDEO PROFISSIONAL - Resolução de Imagem de 1920 (H) x 1080 (V) – Full HD – ou superior; - Lente instalada, podendo ser lente integrada (lente e câmera como corpo único) ou com lente destacável (entretanto, a lente deverá estar presente com o produto); - Controle de Foco: Opção para Manual ou Automático; - Zoom óptico: 20x ou superior; - Zoom digital: 2x ou superior; - Estabilização óptica de imagem; - Iluminação mínima: menor ou igual a 1,0 lux; - Abertura máxima: menor ou igual a f/1,8; - Sistema de Sinal: PAL e NTSC; - 2 Entradas XLR para microfones, com opção para Phantom Power, ou superior; - Tela LCD 16:9, em cores, com posição ajustável; - Microfone integrado; - 2 (dois) slots, ou mais, para cartão de memória SD / SDHC / SDXC; - 1 (uma) Interface USB, ou superior; - Similar ou Superior a Panasonic AG-AC160 AVCCAM HD	2	Und.	150227	ABIN	1	2	28.169,86	56.339,71
3	ROTULADORA – IMPRESSORA PORTÁTIL Com as seguintes características e/ou funcionalidades:	5	Und.	109100	ABIN	3	5	260,65	1.303,23

<ul style="list-style-type: none"> - Impressão em fitas autoadesivas, de 9mm e 12mm; - Visor de cristal líquido, com no mínimo 8 caracteres; <ul style="list-style-type: none"> - Teclado QWERTY, alfanumérico; - Opções para estilo de fonte em negrito, itálico e sublinhado, no mínimo; - Oferecer 2 tamanhos diferentes de fonte, no mínimo; - Oferecer, no mínimo, 30 opções de símbolos <ul style="list-style-type: none"> - Função Data e Hora - Alimentação: pilhas AA ou AAA 									
TOTAL ESTIMADO (R\$)									59.232,80

1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.4. Será dada prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da data de assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.6. A participação neste Pregão será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte caso o valor seja menor ou igual àquele disposto no art. 6º do Decreto nº. 8.538, de 2015, que dispõe que “os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ”.

1.7. O valor total estimado para a aquisição é de **R\$ 59.232,80 (cinquenta e nove mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta centavos)** para os materiais. Os valores foram baseados em pesquisas realizadas no endereço eletrônico do Painel de Preços e nos sítios eletrônicos especializados, conforme a Instrução Normativa nº 3, do Art. 2º, incisos I e III, de 20 de abril de 2017, MPOG.

1.8. Optou-se pelo parcelamento em itens pelo fato de se permitir um maior número de licitantes, pois, embora a maioria dos materiais possuam aplicações afins, não necessariamente uma única empresa seja capaz de fornecê-los quando parcelados em lotes (com dois ou mais itens) ou como uma solução única. Dessa forma, garante-se uma maior concorrência e um preço mais vantajoso para a administração.

1.9. Após a realização das pesquisas dos itens 1 e 2 no site do Painel de Preços, não foram encontrados equipamentos iguais ou similares, que atendem as especificações técnicas necessárias (SEI nº 0205048).

1.9.1. A primeira página do documento 0205048 foi erroneamente colocada e deverá ser desconsiderada, conforme errata 0241499.

1.10. Também não foram encontradas propostas correspondentes dos itens 1 e 2 para outros Órgãos Públicos, seja devido à incompatibilidade com as especificações presentes neste documento ou pelo fato de as propostas terem mais de 60 dias.

1.11. A estimativa de preço, portanto, para os itens 1 e 2 baseia-se na pesquisa em sites de fornecedores de tais produtos: Proposta Kit Testador de Cabos (SEI nº 0205059) e Proposta Câmera Filmadora (SEI nº 0205108).

1.12. Em relação ao item 3, as propostas das empresas para os órgão públicos e o relatório do sítio Painel de Preços encontram-se nos documentos 0240694 e 0240696, respectivamente.

1.12.1. O valor unitário calculado para o item 3 é a média do valor proposto unitário, conforme planilha 0241488.

1.13. Baseado nas pesquisas realizadas, foi elaborado a Planilha Comparativa de Preços para a formatação dos valores de referências. (SEI nº 0241582)

1.13.1. Conforme relatado no subitem 1.9.1 e retificado na errata 0241499, qualquer referência ao equipamento kit de sonorização ambiente deverá ser desconsiderada desse processo licitatório.

1.14. A licitação terá as propostas julgadas segundo o menor preço do Item, sendo o preço estimado o máximo aceitável para a contratação.

1.15. A empresa vencedora do certame, durante o processo licitatório, obrigatoriamente, deverá informar em sua proposta comercial, o fabricante (marca) e o modelo do objeto ofertado.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. De forma a prestar o devido apoio técnico às demais coordenações da ABIN, a Coordenação de Telecomunicações e Suporte de TIC – COTS, necessita de materiais permanentes para aplicações na área técnica e infraestrutura de rede.

2.1.1. Conforme disposto no item 1.1, neste Documento constam apenas os **materiais permanentes**;

2.2. Em termos gerais, os equipamentos objeto deste documento possuem como característica comum a compatibilidade com as interfaces e padrões utilizados nos demais equipamentos presentes na ABIN e com os quais interagirão, seja por conexão física (cabos) ou sem fio (wireless).

2.3. Conforme disposto no item 2.1, os equipamentos dispostos neste Termo podem ser divididos em três categorias e a aquisição deles se justifica pelos seguintes motivos:

2.3.1. **Equipamentos para uso na infraestrutura de rede:**

2.3.1.1. **Testador e Localizador de Cabos de Rede (Item 1):** item essencial para a manutenção e passagem da infraestrutura de rede (cabos);

2.3.1.2. **Filmadora Profissional de Vídeo (Item 2):** permitirá a filmagem de eventos que ocorram na Sede do Órgão, inclusive solenidades com autoridades públicas. As especificações desse equipamento visam garantir a qualidade de vídeo em diferentes condições de iluminação, qualidade de áudio e a facilidade de operação.

2.3.2. **Equipamentos com aplicação audiovisual e afins:**

2.3.2.1. **Rotuladora (Item 3):** permitirá a identificação de cabos, conectores e equipamentos, facilitando os serviços de manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura de rede.

2.4. Conforme previsto no inciso IV, do artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013 a escolha do Sistema de Registro de Preços se deveu à não possibilidade de se definir, previamente, o quantitativo a ser demandado pela Administração.

2.4.1. Devido a chegada de novos servidores e o consequente aumento da demanda por materiais de aplicação em sistemas de áudio e vídeo para eventos como reuniões e cursos, mostra-se necessário a aquisição de equipamentos que atendam esse incremento para esse tipo de atividade.

2.4.1.1. O quantitativo mínimo supre as necessidades básicas atuais da sede, permitindo a criação de novos ambientes para eventos coletivos e a finalização daqueles que se encontram em atividade, porém carentes de tais materiais. O quantitativo mínimo, a princípio, não contempla as superintendências e nem a constituição de equipamentos reservas para atendimento de situações imprevisíveis, como mau funcionamento.

2.4.2. O quantitativo máximo levou em consideração o atendimento das necessidades imediatas do Órgão (previstas no quantitativo mínimo), a possibilidade de contemplar as superintendências com tais materiais, mediante solicitação, e a possibilidade de expandir os serviços para outras coordenações interessadas e permitir um pequeno contingente de equipamentos sobressalentes.

2.5. Considerando os aspectos ambientais de Licitações Sustentáveis e as legislações e guias correlatos (art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, art. 3º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2014 e Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU):

2.5.1. Conforme previsto no item 2.1, os materiais objeto desta licitação são básicos para o devido apoio técnico prestado por esta Coordenação às demais, havendo a real necessidade de adquiri-los.

2.5.2. O quantitativo mínimo previsto para aquisição foi calculado de forma a atender as demandas atuais do Órgão, não havendo forma de redimensionar ou reutilizar sem haver perda da qualidade do serviço prestado.

2.5.3. Há necessidade de se garantir o pleno funcionamento dos materiais a serem adquiridos (pois serão prontamente utilizados), sem a necessidade de intervenção técnica para manutenção. A melhor forma de se garantir esse funcionamento é a aquisição de equipamentos novos, com garantia do fabricante.

2.5.4. Em relação à incidência de critérios ou práticas de sustentabilidade, conforme previsto na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, ressalte-se que os itens objeto desta licitação não são para obras e serviços de engenharia e não são possuem pertinência com o rol exemplificativo previsto no art. 4º da IN.

2.5.4.1. Os itens a serem adquiridos são eletroeletrônicos de baixo consumo.

2.5.4.2. Devido à portabilidade, o item 3 deve ser alimentado com pilhas. Sabendo-se do aspecto altamente contaminante dessa fonte de energia, será garantido o descarte correto e separado desse material.

2.5.5. Os itens objeto desta licitação são de pronta entrega, fornecidos por uma ampla gama de fornecedores. A princípio, dentre as várias marcas e modelos pesquisados, não se verificou nenhum equipamento ou solução baseados em um menor impacto sobre recursos naturais, uso de materiais e tecnologias locais, dentre outras características previstas no art. 4º do Decreto 7.746/2012. Portanto, para os critérios de aceitabilidade, não se previu nenhuma cláusula demandando ou dando preferência a produtos com essas características.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os materiais pretendidos são considerados bens comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento e foram identificados por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do Art. 1º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002. Os materiais descritos são encontrados por empresas do ramo eletroeletrônicos, possibilitando desta forma, uma concorrência e vantagem para a instituição.

3.2. Ressalta-se, que os objetos classificados como bens permanentes e consumo, não são especificados com características direcionadas exclusivamente à área de informática, conforme descrito no §2º Art. 12 Decreto 7.174 de 12 de maio de 2010 e a Instrução Normativa nº 04 - MPOG.

3.3. Não será dado a margem de preferência prevista no § 5º do artigo 3º da Lei nº 8.666/93 nos itens objeto deste termo, pois estes não se encontram contemplados pela legislação vigente, conforme disposto no § 8º do mesmo artigo e da mesma Lei.

3.3.1. A legislação vigente a que alude o subitem anterior são as seguintes: Decreto nº 7.713, de 03 de abril de 2012; Decreto nº 7.756, de 14 de junho de 2012; Decreto nº 7.767, de 27 de junho de 2012; Decreto nº 7.810, de 20 de setembro de 2012; Decreto nº 7.812, de 20 de setembro de 2012; Decreto nº 7.816, de 28 de setembro de 2012; Decreto nº 7.840, de 12 de novembro de 2012; Decreto nº 7.841, de 12 de novembro de 2012; Decreto nº 7.843, de 12 de novembro de 2012; Decreto nº 7.903, de 04 de fevereiro de 2013; Decreto nº 8.002, de 14 de maio de 2013; Decreto nº 8.184, de 17 de janeiro de 2014; Decreto nº 8.185, de 17 de janeiro de 2014; Decreto nº 8.186, de 17 de janeiro de 2014; Decreto nº 8.194, de 12 de fevereiro de 2014; Decreto nº 8.223, de 03 de abril de 2014; Decreto nº 8.224, de 03 de abril de 2014.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento, pela empresa, da Nota de Empenho, em remessa única, na Divisão de Almoxarifado da Agência Brasileira de Inteligência, situada no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 01, Bloco S, Brasília – DF, CEP: 70.610-905, em dia útil, no período das 8:30h às 12 horas e das 14 às 17 horas.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante e modelo*;
- 6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.1.2. Será executor do contrato o servidor Marcelo Alves Morocini, Operador de Comunicações, matrícula nº 016493, lotado na SPG/CEPESC/CGTIC/COTS.

9.1.3. Será executor substituto do contrato o servidor Ivan Veloso Penna, Agente Técnico de Inteligência, matrícula nº 911353, lotado na SPG/CEPESC/CGTIC/COTS.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTOS À CONTRATADA

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

$I = (TX) = ((6/100)/365)$

$I = 0,00016438$

TX=Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.1.2. Por não haver índice de preço setorial ou específico para o objeto deste Termo, foi selecionado o IPCA/IBGE, pois é o índice oficial de monitoramento de inflação no Brasil.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1. Por se tratar de material para pronta entrega e cujo prejuízo pelo inadimplemento contratual poderá ser minimizado com convocação da próxima licitante melhor posicionada.

12.1.2. A exigência de garantia poderia onerar de sobremaneira e, inclusive, excluir micro e pequenas empresas capazes de fornecer os materiais objeto deste Termo.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

13.2.3. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

14.1. Por se tratar de Sistema de Registro de Preço, não há indicação da dotação orçamentária.

Documento assinado eletronicamente